

QUE MUNDO LATINO?

That Latin World?

Uiran Gebara da Silva¹

RESUMO

Este artigo trata das dificuldades causadas ao estudo da Antigüidade pelo pressuposto nacionalista na academia brasileira e da relação entre os diferentes sentidos que a academia brasileira dá ao conceito de Cultura e a ambigüidade presente no termo latinidade (herança romana ou latinidade americana?). Busca também esboçar quais as contribuições os limites que a abordagem centro-periferia e a consciência da realidade latino-americana oferecem para enriquecer e legitimar estes estudos sobre a Antigüidade.

Palavras-chaves: História Antiga, América Latina, Nacionalismo, Teorias centro-periferia.

ABSTRACT

This article deals with the difficulties brought on the Antiquity studies by the nationalistic premises of the Brazilian scholarship and with the relationship between the different meanings the Brazilian scholarship gives the concept of Culture and the ambiguity present in the word latinidade (roman heritage or American latinidade?). It also aims at sketching which contributions and limits the center-periphery theoretical approach and the awareness of the Latin American reality offer to the enriching and the legitimizing of the Antiquity studies.

Keywords: Ancient History, Latin America, Nationalism, Center-Periphery theory.

“Não sabia que essa idéia nascera da amplificação da credence dos povos greco-romanos de que os ancestrais mortos continuariam a viver como sombras e era preciso

¹ Doutorando do Programa de História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

alimentá-las para que eles não perseguissem os descendentes? Lembrou-se do seu Fustel de Coulanges... Lembrou-se de que essa noção nada é para a Menenanã, para tantas pessoas... Pareceu-lhe que essa idéia como que fora explorada pelos conquistadores por instantes sabedores das nossas subserviências psicológicas, no intuito de servir às suas próprias ambições. Reviu a história; viu as mutilações, os acréscimos em todos os países históricos e perguntou de si para si: como um homem que vivesse quatro séculos, sendo francês, inglês, italiano, alemão, podia sentir a Pátria? Uma hora, para o francês, o Franco-Condado era terra dos seus avós, outra não era; num dado momento, a Alsácia não era, depois era e afinal não vinha a ser. Nós mesmos não tivemos a Cisplatina e não a perdemos; e, porventura, sentimos que haja lá manes dos nossos avós e por isso sofremos qualquer mágoa? Certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista”

Lima Barreto

Em 2004, foi publicada *Mundo Latino e Mundialização*, obra que é fruto de uma série de debates realizados pelo Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra e pelo Laboratório de Estudos do Tempo Presente, da UFRJ. O objetivo destes debates era responder à questão posta no prefácio: “qual o lugar que o Brasil ocupa, ou deveria ocupar, nas relações internacionais hoje?”. Questão que “mais que um exercício acadêmico, decorre da dinâmica das próprias relações internacionais depois dos trágicos acontecimentos do 11 de setembro de 2001”. E uma das considerações fundamentais, no que concerne ao lugar do Brasil nesta *Nova Ordem Mundial*, é com relação à singularidade deste país, que,

(...) malgrado seu passado escravista e latifundiário (...) foi capaz de construir, mesmo permanecendo um país pobre, um espaço de miscigenação, de mestiçagem e mulatice, evitando horrores de políticas de segregação e exclusão (...). Ao mesmo tempo, graças ao caráter intuitivo, criativo e assimilador do seu povo, o Brasil apresentou, desde 1930, índices recordes de crescimento econômico, transformando-se,

no espaço de cinquenta anos de um país atrasado e pobre – do qual se dizia ter uma vocação essencialmente agrícola – em um país moderno, urbano, industrial, relevante nas relações internacionais.

Assim, devem ser contrapostas ao processo inexorável da Mundialização (“ou o anglicismo Globalização”, como um dos organizadores nos lembra), homogeneizadora, a própria face do Brasil “e sua capacidade de absorver e mestiçar o novo, transformando em *brasis* toda a contribuição nova”. Uma vez que “Hoje, o Brasil é o maior país de origem latina do mundo (...)” cujo “caráter latino, a sua base dura, às vezes cruel, proveniente da Península Ibérica” que junto com a “engenhosidade indígena, a força e a fantasia africanas” engendram aquilo (nossa cultura? Nossos costumes, nossa ideologia, nossa civilização?) “que nos faz ser tão típicos e, ao mesmo tempo, tão universais: nossa latinidade mestiça” (COSTA e SILVA, 2004, pp.10-13).

Esta obra causa alguns curiosos estranhamentos. Tanto por causa de sua capa principal

– onde abaixo do título há um mosaico do segundo século depois de Cristo, proveniente do norte da África romana² – quanto por sua ordenação de temas e problemáticas. Sob o título “Mundo Latino – As Origens”, a primeira seção desta ordenação nos apresenta dois artigos do Império Romano e um dos impasses do Império Português, seguidos, nas outras seções, por uma série de contribuições que avaliam a atual crise nas relações internacionais, cuja raiz estaria na explicitação de uma atitude imperialista por parte do governo dos Estados Unidos da América. Segue-se uma discussão das possibilidades de um protagonismo brasileiro nas relações internacionais, elegendo, como patamar inicial, as relações com o resto da América Latina, mais especificamente, o Mercosul.

Esses estranhamentos – deixando de lado a noção da mestiçagem como panacéia cultural e nova modalidade da noção de democracia racial – estão ligados ao uso da expressão “Mundo Latino” dentro deste debate. Este assume um tom ambíguo – intencional ou não – podendo significar: 1) a latinidade, como herança cultural linguística européia que contribuiu para a construção da identidade histórica da América Latina, com o Brasil aí incluído, em contraposição à origem anglo-saxã dos EUA; 2) a perspectiva de cooperação, também calcada nessa herança latina, com a União Européia; 3) o império romano como arquétipo de Império – aqui apresentando outra ambigüidade, pois este arquétipo serve tanto como suporte de comparação histórica para a compreensão do Império Americano,³ continuador do projeto imperial britânico (SILVA, 2004), quanto como modelo positivo de dominação inclusiva, a partir da nova concepção do conceito de romanização (MENDES, 2004).

Estas ambigüidades explicitam certa dificuldade que a consciência histórica brasileira⁴ tem para com suas “heranças” européias.

Sendo uma sociedade que tem sua pré-história nacional como uma sociedade colonizada, a América portuguesa⁵, o Brasil tem uma História colonizada: a própria escrita da História no Brasil, a partir do momento em que se converteu em um Estado Nacional soberano (talvez nem tão soberano), passa pelo difícil processo de descolonização, a busca do que Jean Chesneau chama de *interioridade nacional*.

Apoiada nesses Estados-nações-mercados, [o francês, o inglês, o alemão, italiano, etc...] a sociedade internacional se organizou desde o século XIX: soberania de cada Estado, relações diplomáticas, direito internacional, primeiros embriões de instituições supranacionais. Quando outros povos ascenderam à independência e à soberania de Estado, a partir da progressiva decomposição dos impérios espanhol, alemão, turco, francês, inglês, italiano e português, foi sempre o Estado-nação-mercado que serviu como estrutura de referência. Esses outros povos se viram obrigados a se alinhar ao modelo nacional e às estruturas da sociedade internacional, tal como a burguesia do Ocidente os tinha organizado em seu benefício. Essa ascensão ao estatuto de Estado Nacional tinha o caráter de uma vitória política e mascarava temporariamente as seqüelas, o custo social e financeiro, toda a carga negativa desse alinhamento em relação ao Ocidente capitalista. Esses povos “libertados” [no caso do Brasil, digamos tornado independente] se mantinham e se mantêm, sob esse ponto de vista, aprisionados no espaço histórico (nacional) da burguesia. (...) A continuidade nacional, a interioridade nacional, é evidente⁶ no caso de países com a Alemanha ou a França, a Rússia ou a Inglaterra. Mas no caso da grande maioria dos povos e

² O mosaico é do acervo do Museu El Djem, na Tunísia.

³ “Não se pode portanto dizer sem mais que os Estados Unidos começaram sua carreira de potência como um império tradicional. Mas podemos retirar as aspas (sempre implícitas), pois também é disso que se trata, um império que se alastrou pelo continente espetando postos militares nos territórios conquistados, tanto para melhor defendê-los, quanto para explorá-los economicamente” (ARANTES, 2007, p. 123).

⁴ Isto é, a produção intelectual sobre a história da nação brasileira, que transforma em seu objeto a memória social produzida pela população deste Estado-nação. O esforço aqui é o de buscar a distinção destas duas instâncias de produção cultural. cf. (GUARINELLO, 1994).

⁵ Cf. JANCÓS e PIMENTA, 2000.

⁶ Essa continuidade não é mais tão “evidente”, cf. Benedict Anderson (ANDERSON, 2008) e também, a crise da identidade européia analisada por Patrick Geary (GEARY, 2005, 11-25).

notadamente, em quase todos os países do terceiro mundo, ela é uma luta, uma reconquista que ultrapassa o que se denominou “interlúdio colonial”, ou seja, o período durante o qual esses países foram integrados à força na dinâmica dos países industriais do Ocidente (CHESNEAUX, 1995, pp. 121-123).

Lidar com esta História colonizada é lidar, em larga medida, com a idéia da Europa como descobridora da nação brasileira. É dar conta do lugar histórico da Europa, particularmente de Portugal no caso brasileiro, como metrópole. Pode-se dizer que isto os historiadores brasileiros têm feito desde a década de 40 do século XX e como resultado ocorreu a consolidação de importantes linhas de interpretação da formação histórica do Brasil e seu lugar no mundo⁷.

Outra forma através da qual se buscou lidar com as heranças européias foi a concepção do Brasil como miscigenação de três culturas, portuguesa (européia), indígena e africana. Não se pretende entrar aqui no mérito ou na validade de tal concepção no plano da teoria social⁸, ou na enorme diferença entre as várias tradições intelectuais que operam a partir da idéia de união dessas três culturas. O que se pretende atentar, porém, é para a dualidade presente nos pressupostos dessa concepção que acaba por estabelecer o lugar da pesquisa acadêmica reservado a cada uma dessas três culturas quando entendidas como objeto de investigação. De um lado, a cultura portuguesa – também européia – que, enquanto cultura portuguesa, nem tanto, mas enquanto cultura européia, se apresenta no pólo da “cultura erudita” ou alta cultura. De outro, a indígena e a africana – aqui também evitando apontar a heterogeneidade escondida por trás desses dois nomes – sempre pensadas nos termos da “cultura popular”.

Terry Eagleton propõe que a idéia de Cultura seja constituída por uma ambigüidade intrínseca.

Historicamente o termo açambarcou duas definições, que, se observadas mais de perto, expressam uma tensão inerente aos dois lugares sociais a partir dos quais o Ocidente e a sociedade burguesa compreendem os significados da socialização humana conformados nas práticas culturais. Essa tensão se dá entre uma definição oriunda dos estudos antropológicos, que corresponderia à compreensão da cultura na sua dimensão de cultura popular, como sistema de costumes, práticas ou mitos; e sua definição oriunda dos estudos literários, correspondente à dimensão da alta cultura, ou cultura erudita e letrada, no qual a atenção pelo singular e único tem destaque primordial, e a qual se julgava exclusivamente legítima de avaliação estética (EAGLETON, 2003, pp. 9-50).

Essa tensão na idéia de Cultura nos permite entender a dualidade acima apontada, no que diz respeito ao lugar acadêmico que estuda as culturas indígena e africana (o da alteridade e do popular, a Antropologia) e o que estuda a portuguesa ou européia (o da escrita ou culta, a História, as Letras, os Estudos Clássicos). O próprio desenvolvimento das ciências humanas no século XX, sob o Estruturalismo, Desconstrucionismo e Pós-Modernismo, mas principalmente a progressiva transformação da prática cultural em uma indústria de mercadorias culturais colocou em xeque a distinção entre o popular e o erudito (DAVIES, 1995, pp. 87-107). Isto levou ao fortalecimento da ambigüidade apontada por Eagleton e também aproximou, no plano explicativo, científico e, também, do julgamento estético as práticas culturais de ambos os pólos da tensão. A partir da década de sessenta, a Antropologia aparecia explicando o mundo urbano e europeu, a História e as Letras explicavam o popular (DAVIES, 1995, pp. 162-170). A distinção não está necessariamente nos objetos de estudo, mas na posição de tal objeto na corrida do desenvolvimento capitalista⁹.

⁷ É importante ressaltar que, com relação a esta problemática, estas várias correntes de interpretação não constituíram uma visão homogênea, estimulando um debate intenso a respeito do caráter da colônia e da formação do Estado-nação brasileiro. A pretexto da recuperação do famoso seminário do Capital, Roberto Schwartz faz uma síntese de uma das correntes interpretativa destas investigações (SCHWARZ, 1998). Para uma síntese das outras correntes cf. JANCÓS e PIMENTA, 2000, pp. 393-402, principalmente as notas 13, 14 e 15. É importante ressaltar que com relação a esta problemática, estas várias correntes de interpretação não constituíram uma visão homogênea, estimulando um debate intenso a respeito do caráter da colônia e da formação do Estado-nação brasileiro.

⁸ O que nos remetaria à noção de *raças*, que ocupava originariamente o lugar conceitual de *culturas* nessa tríade (MOTA, 1977, pp. 53-74).

⁹ O que, nunca é demais repetir, permite que se critique e se busque superar a distinção entre *sujeito* e *objeto* da pesquisa. (SARTRE, 1973; SARTRE, 1987, pp. 59-75.)

No caso brasileiro, ainda se dá os primeiros passos na subversão de tal dualidade¹⁰. No entanto, institucionalmente as dualidades resistem. O antropólogo, o paleontólogo e o arqueólogo *brasileiro*¹¹ estudam a “cultura indígena” e a “cultura africana”. Quando o historiador brasileiro estuda a História do Brasil estuda a História da colonização europeia da América, ou seja, a “cultura portuguesa”. É consequência lógica dessa divisão do trabalho científico permitir à História ser a disciplina da investigação da “cultura europeia”. Esta “cultura europeia” ainda está localizada no pólo erudito da idéia de Cultura da academia brasileira. E é dentro desse pólo erudito que se localiza a História, como disciplina científica.

Definitivamente não se está realizando aqui uma defesa dessa dualidade na forma de subdivisões disciplinares institucionalizadas. Muito pelo contrário, aponta-se para a maneira como tal divisão está enraizada na própria definição de objetos e temas das próprias disciplinas das Ciências Humanas. E embora tenham irrompido dentro da tradição disciplinar da História inúmeras perspectivas teóricas e metodológicas que buscaram criar outra maneira de entender e investigar as práticas culturais humanas¹², a cristalização dessas novas práticas em rótulos como “História da Cultura Popular”, “História dos Movimentos Sociais”, “História do Cotidiano”, ou mesmo “História da Cultura”, acabou por reproduzir a tal divisão do trabalho científico dentro da própria disciplina.¹³

O que é revelador dessa dificuldade em lidar com suas heranças europeias é que a latinidade da América Latina, mesmo quando se fala da Literatura, da História, ou mesmo da Filosofia latino-americana, é percebida mais próxima do pólo popular da idéia de

Cultura, enquanto que a latinidade de Roma se aproxima do pólo erudito. E é esse deslocamento de sentidos que causa o estranhamento que resulta dos usos acima mencionados do termo “Mundo Latino”

Sem negar que haja relação entre ambas as latinidades, o que fica claro, porém, é que entre uma latinidade (a *nuestra americana*, como gostaria José Martí) e outra (a romana), há inúmeras mediações que devem ser compreendidas se quisermos compreender o papel desempenhado por esta herança europeia na consciência histórica brasileira¹⁴.

Uma posição a partir da qual já se buscou lidar com estas ambigüidades é a de nos fecharmos dentro de nossa própria forma de narrativa nacional. A História que importaria escrever para um brasileiro seria a História do Brasil. A escrita do encontro das três culturas e sua miscigenação que deu origem à Nação: dos povos nativos, dos portugueses, dos que foram trazidos da África. Ao assumir esta visão, dois caminhos podem ser tomados com relação à latinidade da Antiguidade. No primeiro, recusa-se sua importância *para nós* e ela se torna uma curiosidade, uma erudição para diletantes. No segundo, reconhece-se a importância dela para a constituição da cultura europeia e, nela inserida, da portuguesa, sendo importantíssimo para *nossa* História a História *deles*. No entanto, ao se partir da História Nacional como *Forma* pressuposta se assume uma posição que em nada ajuda a escapar das ambigüidades das idéias de Cultura ou de latinidade. No primeiro caso, dizemos que o conhecimento sobre o resto do mundo não nos diz respeito e nos fechamos dentro de nossas próprias tradições inventadas, recusando-nos a ver o amplo processo de trocas culturais em nível mundial que resultou no desenvolvimento delas. No segundo caso, incorporamos nossa tradição inventada à dos europeus

¹⁰ Pode-se citar, no caso da História, a obrigatoriedade do ensino de História Indígena e da África, o que está estimulando a criação de pesquisadores nestes campos.

¹¹ Em oposição ao arqueólogo *clássico*. Isto é, aquele que estuda as sociedades sem escrita – ou as com escrita – que se desenvolveram no espaço que hoje é território do Estado-nação brasileiro.

¹² No que diz respeito ao trato da cultura popular como problema histórico e das classes subalternas como criadores de sistemas culturais, onde também se faz presente o único, o singular, e também o estético, cf. (GUINZBURG, 1999; BAKHTIN, 1999) e as avaliações sobre seu impacto, assim como o de Geertz, Foucault e Thompson, na História Cultural (HUNT, 1992; BURKE, 1992b; GUARINELLO, 2004).

¹³ Essa crítica já é antiga (DOSSE, 1994) ou (GUARINELLO, 2004).

¹⁴ Sobre o esforço de construção de uma identidade europeizada na consciência histórica brasileira, que se esforça em identificar a América Latina com um *Outro*, cf. (PRADO, 2001).

(nos conectando com a História da Grécia via Império Português), mantendo intactas as hierarquias internas à Cultura e à latinidade. Como vemos na epígrafe deste texto, Lima Barreto já formulara uma crítica aguda desta posição e seus dois caminhos no início do século XX. Além disso, esta posição acarreta uma cegueira para com a outra latinidade, a que se refere ao contexto latino-americano da sociedade brasileira.

A noção de latinidade está conceitualmente ligada ao processo histórico de desenvolvimento do Império Romano, e também ao processo de formação das culturas européias de língua latina durante a Idade Média (CURTIUS, 1996, pp. 57-69). Dentre estas, duas ocuparam um papel fundamental na subordinação de parte das populações do continente americano dentro da construção de uma economia mundializada, cujo centro econômico, até o fim da II Guerra Mundial era a Europa (SILVA, 2004) e cujo centro cultural, quando se pensa o pólo erudito, ainda o é (DAVIES, 1995, pp. 67-86).

Entre os pressupostos ideológicos que fundamentam as dicotomias alta cultura/cultura popular e a distinção entre as duas latinidades, um dos mais difíceis de enfrentar é o que promete uma compreensão do todo da história da humanidade, uma visão panorâmica da história humana, uma História Universal, resultado prático da Globalização realizada pelos povos europeus e intelectual da Razão humana – mas uma razão cujo modelo é o iluminista e liberal (CHESNAUX, 1995, pp. 111-119). Um outro é o de que a história de uma sociedade coincide com a *Forma* (pressuposta) da História Nacional (CHESNAUX, 1995, pp. 112-119; GUARINELLO, 2003).

Quando observamos a concepção de História onde se insere a idéia de História Antiga e da latinidade clássica, tanto a Razão iluminista quanto a História Nacional estão lá. Em toda a parte. Escreve-se sobre a história do Império Romano como se este fosse uma unidade nacional. Ou como se fosse a Europa, e suas províncias nações que compõem este todo. Escreve-se sobre uma História da Grécia que retrata 2000 anos

de interação (do Bronze à Grécia romana) como uma longa História Nacional, que se interrompe ao se tornar Bizâncio (muito “oriental”) e cuja continuidade é retomada em Veneza, no Renascimento. Estas construções são aceitas, pois elas permitem dar legitimidade ao projeto político chamado Europa. O caminho a ser seguido pela História de Roma e pela História da Grécia é o de serem a narrativa das sociedades que levam ao desenvolvimento da Europa, da civilização Européia, ao nascimento do Ocidente, uma *Forma* estruturante da visão eurocêntrica do mundo.¹⁵

Exemplo de como estas *Formas* nacionais ou cronológicas tornam os reais problemas historiográficos reféns é o caso do Império Romano. O seu desaparecimento na região ocidental do Mediterrâneo é crucial para a operação teórica do desenvolvimento de uma periodização quadripartite da *Forma* História do Ocidente. Da mesma forma, o surgimento de reinos cristãos no norte fecunda os primeiros embriões mitológicos para o surgimento das Histórias Nacionais na Europa no século XIX (SILVA, 2008, pp. 17-47).

Descartando-se a reclusão em uma História puramente nacional, a outra possibilidade é a do reconhecimento de nossa posição hoje periférica dentro do sistema mundial, político e econômico. Como pode ser escrita a História olhando da periferia? Quais as implicações disto em nossos olhares? O reconhecimento da posição periférica da qual falamos não é novidade e tem sólida expressão na academia através dos pensadores associados à teoria da dependência (SCHWARZ, 1998).

Mas como este fenômeno recente¹⁶ – da consolidação há menos de 200 anos, de um domínio europeu, seguido pelo estadunidense, desigual e combinado sobre quase todo o mundo – interfere em nossa compreensão do presente e do passado das sociedades humanas? Em primeiro lugar, o reconhecimento da posição periférica implica que nossa relação com a latinidade da Antiguidade e a cultura a ela associada é mediada por um processo de

¹⁵ Por exemplo, nos trabalhos clássicos de história econômica de Eric Jones e John Hall sobre o “milagre europeu”, vemos claramente como a categoria pressuposta “Ocidente” opera de fora conformando suas conclusões empíricas (JONES, 1981; HALL, 189).

¹⁶ Há um colossal debate a respeito das origens da Modernidade, que não temos a ousadia de trazer para este texto. Aqui estamos partindo da posição de David Landes em oposição às idéias de Braudel e Wallerstein, que talvez tenham validade para o Atlântico, mas não para a economia mundial (LANDES, 1994).

colonização e dominação realizado por europeus. Em segundo lugar, a construção do Estado e da nação brasileiros é determinada pelo desenvolvimento da economia e da geopolítica capitalistas, associadas ao domínio cultural e ideológico dos centros beneficiados pela montagem deste sistema, isto é, pelo Imperialismo europeu e depois pelo estadunidense. Nessa relação, entre as culturas ancestrais a essa que se produz na sociedade brasileira, aquelas associadas à Europa estão em posição hierarquicamente superior, incluso aí tudo que diz respeito à Antiguidade greco-romana. Em terceiro lugar, a construção do Estado e da nação brasileiros buscou seguir o modelo desenvolvido pelos europeus, daí a auto-imagem de inadequação em relação ao modelo, de suas “imperfeições”, de seu “atraso” ou “subdesenvolvimento”.¹⁷ Mas é por causa dessa “inadequação” que a perspectiva da cultura como algo em fluxo, fruto da mistura, do hibridismo, como construção e invenção, foi reconhecida, assumida e teorizada antes na América Latina (sendo até reconhecida como sinal distintivo das culturas latino-americanas por exemplo, na Antropofagia de Oswald de Andrade, ou nos escritos de Octavio Paz). Ou seja, a posição periférica permitiu uma perspectiva intelectual mais flexível e anterior sobre o caráter artificial dessas *Formas* e dos esforços políticos por trás da construção delas.

Aquele mesmo movimento teórico e acadêmico defendendo a aproximação dos dois pólos do sentido da palavra Cultura também acarretou o reconhecimento e adoção desta perspectiva das culturas como mudança, como fluxo e das identidades (como a identidade nacional) como construções transitórias nos meios acadêmicos europeus e estadunidenses. Na raiz disto está, ao lado do pós-colonialismo africano, americano e asiático, também a necessidade da reflexão intelectual e acadêmica a respeito do que chama de *tiers mondisation* do Ocidente. Isto é, do processo intenso de migrações e a reestruturação produtiva que tem continuamente levado a periferia e seus dilemas aos centros do sistema (PIERUCCI, 1999, pp. 150-176). A experiência de uma realidade social plural e multicultural

vêm explicitando a artificialidade destes pressupostos, dia a dia.

A tomada de consciência da arbitrariedade das construções identitárias e a crítica do imperialismo cultural já é uma realidade nas Ciências Humanas. Dentro deste contexto intelectual, começaram a aparecer na Europa historiadores tentando explorar a idéia de Roma como uma construção identitária e suas implicações em termos de imperialismo cultural:

Um número significativo de historiadores da cultura do Mundo Antigo também foi influenciado pela escola pós-colonialista de escritores, cuja preocupação primária foi investigar o imperialismo cultural e as respostas a este sob a rubrica da identidade (MILLES, 1999).¹⁸

É uma realidade em muitos trabalhos acadêmicos no Brasil, ainda que esta crítica às *Formas* e à influência do Eurocentrismo em nossas visões não tenha produzido uma efetiva mudança institucional no trato com o conhecimento, ou no senso comum externo à academia.

Embora tenha sido decisivo para as Ciências Humanas esta tomada de consciência da artificialidade das construções identitárias, presentes e passadas, ela não basta. Ainda há, em toda a parte, uma forte refração à crítica de pressupostos ideológicos como as *Formas*: as nacionais, as cronológicas e a macro-*Forma* Ocidente. Compreender o papel que elas desempenham é fundamental para que essa ambigüidade presente na noção de latinidade e a hierarquização das culturas que opera por trás dela sejam superadas. Isto é, para que a investigação científica a respeito das sociedades humanas consiga lidar com os pressupostos ideológicos que moldam suas conclusões sem nunca serem realmente postos sob crítica.

Assim, é um sério problema intelectual e político apresentar esta relação que existe entre as diferentes

¹⁷ Com relação a inadequação teórica destas inadequações ver o texto clássico *Crítica à Razão Dualista* de Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2003).

¹⁸ A significant number of cultural historians of the ancient world have also been influenced by the post-colonial school of writers whose primary concern has been to investigate cultural imperialism and responses to it under the rubric of identity. (Todas as traduções nesta dissertação são de responsabilidade do autor)

latinidades de forma ingênua, isto é ignorar as várias mediações culturais e de poder entre uma e outra. Entender a nossa relação com a latinidade e com a Antiguidade via a Europa significa reconhecer nossa subordinação na ordem presente. Significa ao mesmo tempo desvendar e, também, se apropriar desta tradição de conhecimento sobre o passado humano, a partir de nossa posição. Significa uma forma de antropofagia, mas não como sinal de distinção de *nossa* cultura “brasileira”, mas sim como necessidade humana de conhecer a realidade na qual vivemos, como sociedade, e os legados culturais que nos produzem que (re)produzimos.

Como escapar a esses pressupostos? Como escapar dessas dicotomias e dessas *Formas* que se esquivam da crítica? Como incorporar nesta crítica aquela tradição intelectual que produziu um conhecimento válido sobre as sociedades e culturas humanas, mas que se encontra frequentemente permeado e distorcido por esses pressupostos? E como estabelecer um lugar de crítica que também não se esconda, por sua vez, da crítica?

Qualquer crítica que se faça, sempre parte de alguma posição, de algum lugar a de onde vem o olhar investigador. Para nós, ao lidarmos com nossa condição periférica é um passo importante, seja para estudar a “história nacional” seja para estudar qualquer outra coisa, incluída aí a Antiguidade. É um passo importante para entender e valorizar esta perspectiva, cujo olhar para o centro a partir das margens resulta em uma visão que, mais do que *única* ou singularmente *nossa*, contribui para uma efetiva compreensão das sociedades humanas e de como as relações de domínio e exploração que se produzem entre elas são reproduzidas como categorias teóricas.

Já se alcançou este patamar. Porém, em meio a um processo social de grandes proporções como a nova crise econômica e a, pelo menos no plano do discurso político, derrota do Neoliberalismo, não bastará apenas a perspectiva periférica, assim como não bastará só a desconstrução dos parâmetros criados pela tradição de estudos dessas sociedades, muito tempo sendo postas em cheque pela própria realidade. É necessário trabalhar para superar a própria relação centro-periferia. Superar a maneira passiva como manejamos a idéia de que existe um centro econômico, político, cultural etc.,

entendendo como esta relação se constituiu na realidade, na memória e em nossos instrumentos intelectuais. Trabalhar também para operar de forma mais flexível com as categorias identitárias e classificatórias pressupostas, mantendo sempre sob suspeita seu poder de conformação da realidade para que fique do jeito que está. Predispondo-nos, para efetivamente mudar estas relações e categorias, esta realidade na teoria e na prática. Como ciência e como política.

Bibliografia

- Anderson, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.
- Arantes, Paulo. *Extinção*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 2001.
- _____. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento – O contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992b.
- Costa, Darc. e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. (org.) *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro, Faperj/Mauad, 2004.
- Chesneaux, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e historiadores*. São Paulo, Ática, 1995.
- Curtius, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- Davies, Ioan. *Cultural Studies and Beyond. Fragments of Empire*. New York, Routledge, 1995.
- DeJean, Joan. *Antigos contra Modernos. As Guerras Culturais e a construção de um fim de siècle*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- Dosse, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- Eagleton, Terry. *A idéia de Cultura*. São Paulo, Unesp, 2003.

- Geary, Patrick. *O Mito das Nações. A invenção do Nacionalismo*. São Paulo, Conrad, 2005.
- Guarinello, Norberto Luiz. Memória Coletiva e História Científica. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 14, n. 28, 1994.
- _____. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politéia-História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.
- _____. História científica, história contemporânea e história cotidiana. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 24, n. 48, 2004, pp.227-248.
- _____. Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 26, n. 52, 2006, pp.13-38.
- Guinzburg, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- _____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.
- Hall, John. Estados e Sociedades: o milagre numa perspectiva comparada. In: Baechler, Jean; Hall, John A.; Mann, Michael (eds.) *Europa e Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1989. P. 29-47.
- Hunt, Lynn. *Nova História Cultural*. São Paulo: Martins fontes, 1992.
- Jancsó, István. E Pimenta, João Paulo G. *Peças de um Mosaico. Ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira*. Revista de História das Idéias, vol. 21, Coimbra, 2000, pp. 389-440.
- Jones, Eric L. *The European Miracle: environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- Landes, David. *Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- Mendes, Norma Musco. *Império e Latinidade*. In: Costa, Darc. e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. (2004, pp. 17-27)
- Milles, Richard. (org) *Constructing Identities in Late Antiquity*. London, Routledge, 1999.
- Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática, 1977.
- Oliveira, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- Prado, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. 145, 2001, pp. 127-149.
- Sartre, Jean-Paul. Questão de método. IN: Os pensadores vol. XLV São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- Sartre, Jean-Paul. Sartre no Brasil. A Conferência de Araraquara. São Paulo, Paz e Terra, 1987.
- Schwarz, Roberto. *Um seminário de Marx*. In: Novos Estudos – CEBRAP. n.50, 1998, pp. 99-114.
- Silva, Francisco Carlos Teixeira da. *O Império e o Estado-Nação Hoje: uma história Comparada*. In: Costa, Darc. e Silva, Francisco Carlos Teixeira da. (2004, pp. 127-157)
- Silva, Uiran Gebara da. *O Som e a Fúria: o Eucharísticos de Paulino de Pella e o problema do fim da Antiguidade*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, 1998.

